

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVA OBJETIVA P<sub>3</sub> --

### -- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

#### Questão 1

À luz da estrutura orçamentária brasileira e considerando a evolução do déficit da dívida pública do país, é correto afirmar que a dívida bruta do governo geral

- Ⓐ abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto apenas ao setor privado.
- Ⓑ abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto apenas ao setor privado e ao setor público financeiro.
- Ⓒ não engloba as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central do Brasil.
- Ⓓ abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central do Brasil e ao resto do mundo.

#### JUSTIFICATIVAS

A - 3, 5, 12 Errado. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.\*/

B - 3, 5, 12 Errado. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.\*/

C - 3, 5, 12 Errado. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo. A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.\*/

D - 3, 5, 12 CERTO. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.\*/

#### Questão 2

À luz dos princípios orçamentários pertinentes às receitas e despesas públicas, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, se refere à lei orçamentária anual.

- Ⓐ As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.
- Ⓑ As despesas irrelevantes não precisam de estimativa na peça orçamentária pública.
- Ⓒ As despesas rotineiras e ordinárias da administração pública, já previstas no orçamento, são dispensadas de estimativas de impacto orçamentário e financeiro.
- Ⓓ As despesas com as emissões de papel moeda devem constar na LOA.

#### JUSTIFICATIVAS

A - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1 Errado. O orçamento público adota o regime de caixa para a receita e de competência para a despesa. segundo o art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.\*/

B - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1 Errado. A LRF, no art. 16, § 3º, ressalva, das exigências impostas, as despesas consideradas irrelevantes, ou seja, as de valor econômico de pouca expressão, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. Assim, cabe à LDO decidir o que é uma despesa irrelevante. Com efeito, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornaram-se prescindíveis a estimativa do impacto orçamentário e financeiro para as despesas irrelevantes.\*/

C - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1 CERTO. As despesas ordinárias e rotineiras da Administração Pública, já previstas no orçamento, destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, prescindem da estimativa de impacto orçamentário-financeiro de que trata o art. 16, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2001.\*/

D - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1 Errado. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a lei orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em Lei, com a exclusão das operações de crédito por antecipação da receita, das emissões de papel moeda e de outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, conforme art. 3.º da Lei 4.320/1964.\*/

**Questão 3**

Acerca dos ciclos orçamentários estabelecidos no plano plurianual (PPA) e dos requisitos legais pertinentes ao PPA, assinale a opção correta.

- A** O PPA tem vigência de quatro anos e o seu período coincide com o mandato do Poder Executivo.
- B** A inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão.
- C** Investimentos militares que ultrapassem o período de um ano não precisam constar no PPA.
- D** O PPA deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

**JUSTIFICATIVAS**

**A - 9, 10**Errado. Apesar do Plano Plurianual ter vigência de quatro anos, o seu período não coincide com o mandato do poder executivo. O Plano é elaborado no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo, para vigorar no segundo ano do mandato atual até o primeiro ano do mandato subsequente, representando uma forma de entrelaçar os mandatos. Deste forma, seu período de execução não coincide com o mandato do Poder Executivo.\*/

**B - 9, 10**\_CERTO. A Lei 12.593/2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015, define em seu art. 21 que:

art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1.º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos § 4.º e § 5.º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2.º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3.º Considera-se alteração de Programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas e Metas.

Por essa razão, a inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão, nos termos da Lei.\*/

**C - 9, 10**Errado. A Constituição Federal, no art. 167, § 1, determina que nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. Deve-se observar que quando a LDO define as prioridades e metas da administração pública federal está elegendo, dentro do leque de centenas de programas aprovados no plano plurianual, aqueles que devem ter prioridade de execução sobre os demais, além de estabelecer a meta física para o exercício financeiro.\*/

**D - 9, 10**Errado. De acordo com o parágrafo primeiro do art. 165 da Constituição Federal, a lei do plano plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para:

- as despesas de capital e outras delas decorrentes;
- as relativas aos programas de duração continuada.\*/

**Questão 4**

Segundo as normas relativas à receita pública,

- A** a receita pública é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento.
- B** os recursos financeiros de caráter temporário não integram a LOA.
- C** todas as receitas arrecadadas são receita orçamentária, inclusive as provenientes de operações de crédito.
- D** as operações de crédito não integram o orçamento público.

**JUSTIFICATIVAS**

**A - 7, 7.1, 9, 10**Errado. Ao contrário da despesa que é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento, a receita é apenas estimada na peça orçamentária.\*/

**B - 7, 7.1, 9, 10**Errado. Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual (LOA). Deve-se observar que as operações de crédito, via de regra, classificam-se como receita orçamentária. Contudo, a Lei 4.320/1964 fala sobre uma exceção à regra dessas operações, intitulada ARO, que são as antecipações de receita orçamentária.\*/

**C - 7, 7.1, 9, 10**\_CERTO. A matéria pertinente à receita é disciplinada, em linhas gerais, pelos art. 3.º, 9, 11, 35 e 57 da Lei no 4.320, de 1964, e pelos art. 9 e 11 tratam especificamente da classificação da receita. Neste sentido, o art. 57 da referida lei estabelece que “ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 3.º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento. \*/

**D - 7, 7.1, 9, 10**Errado. Em razão do art. 3.º da Lei 4.320/1964. A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.\*/

**Questão 5**

Tendo em vista aspectos pertinentes a receita orçamentária, ciclo orçamentário e créditos adicionais e considerando que as receitas públicas podem ser classificadas em ordinárias e extraordinárias, assinale a opção correta.

- A** Os recursos financeiros, inclusive os de caráter temporário, devem integrar a LOA.
- B** Os recursos advindos de depósitos de caução devem compor a receita orçamentária.
- C** Os recursos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificados como ingressos extraorçamentários.
- D** Nas operações fiança, os recursos depositados são classificados como receitas orçamentárias.

**JUSTIFICATIVAS**

**A - 7,10, 11**Errado. Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual (LOA). Nesse sentido, como nas operações de depósito em caução, o Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Esses recursos são classificados como ingressos extraorçamentários, e não como receitas orçamentárias.\*/

**B - 7, 10, 11**Errado. Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual (LOA). Nesse sentido, como nas operações de depósito em caução o Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização

legislativa. Esses recursos são classificados como ingressos extraorçamentários, e não como receitas orçamentárias.\*/  
C - 7,10, 11\_CERTO. Apesar de os recursos advindos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não fazerem parte da lei orçamentária anual (LOA), eles são classificados como ingressos extraorçamentários.\*/  
D - 7, 10, 11Errado. Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual (LOA). Nesse sentido, como nas operações fiança, o Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Esses recursos são classificados como ingressos extraorçamentários, e não como receitas orçamentárias.\*/  
**Questão 6**  
Tendo em vista as etapas e classificações da receita orçamentária, assinale a opção correta.

**A** As contribuições sociais são exemplos de receitas tributárias.  
**B** As receitas orçamentárias devem, necessariamente, passar pelas etapas de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.  
**C** Conforme a natureza da arrecadação, os valores arrecadados são destinados para contas específicas do Tesouro Nacional.  
**D** As receitas lançadas e não recebidas pertencerão ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.

**JUSTIFICATIVAS**  
A - 7, 7.1Errado.  
As receitas correntes são classificadas em:  
1. Receita Tributária;  
2. Receita de Contribuições  
3. Receita Patrimonial  
4. Receita Agropecuária  
5. Receita Industrial  
6. Receita de Serviços  
7. Transferências Correntes  
8. Outras Receitas Correntes  
9. Operações de Crédito  
10. Alienação de Bens  
11. Amortização de Empréstimos  
12. Transferências de Capital  
13. Outras Receitas de Capital.  
Neste sentido, as receitas de contribuições sociais são classificadas como receitas de contribuições e não como receitas tributárias.\*/  
B - 7, 7.1Errado. De fato, as receitas orçamentárias devem passar pelas etapas de: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Contudo, nem todas as etapas citadas ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias. Pode ocorrer arrecadação não só das receitas que não foram previstas (não tendo, naturalmente, passado pela etapa da previsão), mas também das que não foram “lançadas”, como é o caso de uma doação em espécie recebida pelos entes públicos.\*/  
C - 7, 7.1Errado. De acordo com o art. 56 da Lei 4.320/1964, o recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer

fragmentação para criação de caixas especiais. Por essa razão, a alternativa está incorreta, pois viola o referido princípio.\*/  
D - 7, 7.1\_CERTO. A contabilidade pública brasileira adota tanto o regime de caixa como o regime de competência, consagrando a adoção do Regime Misto, sendo Caixa para as receitas e Competência para as despesas. O Regime Misto adotado pela contabilidade governamental brasileira está amparado pela Lei 4.320/1964, que define as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A referida Lei estabelece o Regime Misto no art. 35, determinando que as receitas sejam reconhecidas quando da entrada efetiva dos recursos no caixa, de forma que os administradores públicos só podem contar com esses recursos para financiar seus gastos após o efetivo ingresso nos cofres públicos. Por essa razão, as receitas são registradas e classificadas quando do seu recebimento. As receitas lançadas e não recebidas pertencerão ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.\*/  
**Questão 7**  
As despesas inscritas em restos a pagar são despesas

**A** convergentes ao princípio da legalidade da despesa pública.  
**B** empenhadas e liquidadas no exercício subsequente.  
**C** que incluem as despesas apenas orçadas.  
**D** que não podem ser canceladas.

**JUSTIFICATIVAS**  
A - 8, 8.1, 9\_CERTO. A denominação “Restos a Pagar” tem sua origem nos princípios da legalidade da despesa e da anualidade do orçamento público. O princípio da legalidade impõe que os atos dos quais resultem execução de despesa se encontrem devidamente amparados na legislação, sendo um dos pré-requisitos a previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).\*/  
B - 8, 8.1, 9Errado. Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas dentro do mesmo exercício financeiro (art. 36 da Lei 4.320/1964 – e, para a União, veja também art. 35 e 67 do Decreto nº 93.872/1986).\*/  
C - 8, 8.1, 9Errado. Somente poderá ser lançada em restos a pagar a despesa cuja execução tenha alcançado a fase de emissão do empenho, ou seja, aquela que já se encontre legalmente empenhada. Do contrário, não se terá observado o preceito legal segundo o qual somente “pertencente ao exercício financeiro a despesa nele legalmente empenhada”.\*/  
D - 8, 8.1, 9Errado. Nos órgãos do Governo Federal, os restos a pagar terão validade até 31 de dezembro do exercício financeiro subsequente. A partir de então serão cancelados. No entanto, nos últimos anos alguns decretos alteraram essa data de validade para órgãos específicos, sempre no que se refere aos restos a pagar não processados. De todo modo, os restos a pagar podem ser cancelados.\*/  
**Questão 8**  
O princípio da legalidade da despesa pública exige que as despesas sejam inscritas em restos a pagar quando da entrada efetiva dos recursos no caixa, de forma que os administradores públicos só podem contar com esses recursos para financiar seus gastos após o efetivo ingresso nos cofres públicos. Por essa razão, as receitas são registradas e classificadas quando do seu recebimento. As receitas lançadas e não recebidas pertencerão ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.\*/  
**Questão 9**  
As despesas inscritas em restos a pagar são despesas

**A** convergentes ao princípio da legalidade da despesa pública.  
**B** empenhadas e liquidadas no exercício subsequente.  
**C** que incluem as despesas apenas orçadas.  
**D** que não podem ser canceladas.

**JUSTIFICATIVAS**  
A - 8, 8.1, 9\_CERTO. A denominação “Restos a Pagar” tem sua origem nos princípios da legalidade da despesa e da anualidade do orçamento público. O princípio da legalidade impõe que os atos dos quais resultem execução de despesa se encontrem devidamente amparados na legislação, sendo um dos pré-requisitos a previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).\*/  
B - 8, 8.1, 9Errado. Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas dentro do mesmo exercício financeiro (art. 36 da Lei 4.320/1964 – e, para a União, veja também art. 35 e 67 do Decreto nº 93.872/1986).\*/  
C - 8, 8.1, 9Errado. Somente poderá ser lançada em restos a pagar a despesa cuja execução tenha alcançado a fase de emissão do empenho, ou seja, aquela que já se encontre legalmente empenhada. Do contrário, não se terá observado o preceito legal segundo o qual somente “pertencente ao exercício financeiro a despesa nele legalmente empenhada”.\*/  
D - 8, 8.1, 9Errado. Nos órgãos do Governo Federal, os restos a pagar terão validade até 31 de dezembro do exercício financeiro subsequente. A partir de então serão cancelados. No entanto, nos últimos anos alguns decretos alteraram essa data de validade para órgãos específicos, sempre no que se refere aos restos a pagar não processados. De todo modo, os restos a pagar podem ser cancelados.\*/  
**Questão 10**  
O princípio da legalidade da despesa pública exige que as despesas sejam inscritas em restos a pagar quando da entrada efetiva dos recursos no caixa, de forma que os administradores públicos só podem contar com esses recursos para financiar seus gastos após o efetivo ingresso nos cofres públicos. Por essa razão, as receitas são registradas e classificadas quando do seu recebimento. As receitas lançadas e não recebidas pertencerão ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.\*/  
**Questão 11**  
As despesas inscritas em restos a pagar são despesas

**A** convergentes ao princípio da legalidade da despesa pública.  
**B** empenhadas e liquidadas no exercício subsequente.  
**C** que incluem as despesas apenas orçadas.  
**D** que não podem ser canceladas.

**JUSTIFICATIVAS**  
A - 8, 8.1, 9\_CERTO. A denominação “Restos a Pagar” tem sua origem nos princípios da legalidade da despesa e da anualidade do orçamento público. O princípio da legalidade impõe que os atos dos quais resultem execução de despesa se encontrem devidamente amparados na legislação, sendo um dos pré-requisitos a previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).\*/  
B - 8, 8.1, 9Errado. Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas dentro do mesmo exercício financeiro (art. 36 da Lei 4.320/1964 – e, para a União, veja também art. 35 e 67 do Decreto nº 93.872/1986).\*/  
C - 8, 8.1, 9Errado. Somente poderá ser lançada em restos a pagar a despesa cuja execução tenha alcançado a fase de emissão do empenho, ou seja, aquela que já se encontre legalmente empenhada. Do contrário, não se terá observado o preceito legal segundo o qual somente “pertencente ao exercício financeiro a despesa nele legalmente empenhada”.\*/  
D - 8, 8.1, 9Errado. Nos órgãos do Governo Federal, os restos a pagar terão validade até 31 de dezembro do exercício financeiro subsequente. A partir de então serão cancelados. No entanto, nos últimos anos alguns decretos alteraram essa data de validade para órgãos específicos, sempre no que se refere aos restos a pagar não processados. De todo modo, os restos a pagar podem ser cancelados.\*/  
**Questão 12**  
O princípio da legalidade da despesa pública exige que as despesas sejam inscritas em restos a pagar quando da entrada efetiva dos recursos no caixa, de forma que os administradores públicos só podem contar com esses recursos para financiar seus gastos após o efetivo ingresso nos cofres públicos. Por essa razão, as receitas são registradas e classificadas quando do seu recebimento. As receitas lançadas e não recebidas pertencerão ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.\*/  
**Questão 13**  
As despesas inscritas em restos a pagar são despesas

**A** convergentes ao princípio da legalidade da despesa pública.  
**B** empenhadas e liquidadas no exercício subsequente.  
**C** que incluem as despesas apenas orçadas.  
**D** que não podem ser canceladas.

**JUSTIFICATIVAS**  
A - 8, 8.1, 9\_CERTO. A denominação “Restos a Pagar” tem sua origem nos princípios da legalidade da despesa e da anualidade do orçamento público. O princípio da legalidade impõe que os atos dos quais resultem execução de despesa se encontrem devidamente amparados na legislação, sendo um dos pré-requisitos a previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).\*/  
B - 8, 8.1, 9Errado. Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas dentro do mesmo exercício financeiro (art. 36 da Lei 4.320/1964 – e, para a União, veja também art. 35 e 67 do Decreto nº 93.872/1986).\*/  
C - 8, 8.1, 9Errado. Somente poderá ser lançada em restos a pagar a despesa cuja execução tenha alcançado a fase de emissão do empenho, ou seja, aquela que já se encontre legalmente empenhada. Do contrário, não se terá observado o preceito legal segundo o qual somente “pertencente ao exercício financeiro a despesa nele legalmente empenhada”.\*/  
D - 8, 8.1, 9Errado. Nos órgãos do Governo Federal, os restos a pagar terão validade até 31 de dezembro do exercício financeiro subsequente. A partir de então serão cancelados. No entanto, nos últimos anos alguns decretos alteraram essa data de validade para órgãos específicos, sempre no que se refere aos restos a pagar não processados. De todo modo, os restos a pagar podem ser cancelados.\*/  
**Questão 14**  
O princípio da legalidade da despesa pública exige que as despesas sejam inscritas em restos a pagar quando da entrada efetiva dos recursos no caixa, de forma que os administradores públicos só podem contar com esses recursos para financiar seus gastos após o efetivo ingresso nos cofres públicos. Por essa razão, as receitas são registradas e classificadas quando do seu recebimento. As receitas lançadas e não recebidas pertencerão ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.\*/  
**Questão 15**  
As despesas inscritas em restos a pagar são despesas

**A** convergentes ao princípio da legalidade da despesa pública.  
**B** empenhadas e liquidadas no exercício subsequente.  
**C** que incluem as despesas apenas orçadas.  
**D** que não podem ser canceladas.

**Questão 8**

As empresas A e B têm, respectivamente, funções de produção representadas por  $Y^A = 5K^{0,5}L^{0,5}$  e  $Y^B = 5K^{0,6}L^{0,4}$ , em que  $Y^A$  é a produção da empresa A,  $Y^B$  é a produção da empresa B,  $K$  é a quantidade de capital utilizado, e  $L$  é a quantidade de trabalho utilizado.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ a empresa A produzirá mais que a empresa B, se as duas empresas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- Ⓑ a empresa B produzirá mais que a empresa A, se as duas empresas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- Ⓒ as duas empresas produzirão a mesma quantidade, se ambas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- Ⓓ a empresa A produzirá mais que a empresa B, se  $K$  for superior a  $L$ .

**JUSTIFICATIVAS**

A - 2, 2.1 Errado. Se as duas empresas utilizam a mesma quantidade de capital e trabalho, então  $K$  será igual a  $L$  em ambas as funções, por esse motivo, essas variáveis serão representadas por  $X$ , nas funções de produção de cada empresa. Então:

, sendo  $X$  um número positivo qualquer.

, sendo  $X$  um número positivo qualquer.

$$Y^A = Y^B$$

As duas empresas produzem a mesma quantidade de produto  $Y$ .\*/

B - 2, 2.1 Errado. Se as duas empresas utilizam a mesma quantidade de capital e trabalho, então  $K$  será igual a  $L$  em ambas as funções, por esse motivo, essas variáveis serão representadas por  $X$ , nas funções de produção de cada empresa. Então:

, sendo  $X$  um número positivo qualquer.

, sendo  $X$  um número positivo qualquer.

$$Y^A = Y^B$$

As duas empresas produzem a mesma quantidade de produto  $Y$ .\*/

C - 2, 2.1 CERTO. Se as duas empresas utilizam a mesma quantidade de capital e trabalho, então  $K$  será igual a  $L$  em ambas as funções, por esse motivo, essas variáveis serão representadas por  $X$ , nas funções de produção de cada empresa. Então:

, sendo  $X$  um número positivo qualquer.

, sendo  $X$  um número positivo qualquer.

$$Y^A = Y^B$$

As duas empresas produzem a mesma quantidade de produto  $Y$ .\*/

D - 2, 2.1 Errado. Se  $K > L$ , ao adotar os mesmos valores de  $K$  e  $L$  para as duas empresas, na função de produção da empresa A, a quantidade de capital utilizado terá o expoente igual a 0,5 e a quantidade de trabalho terá expoente igual a 0,5, enquanto na função de produção da empresa B, a quantidade de capital utilizado terá o expoente igual a 0,6 e a quantidade de trabalho terá expoente igual a 0,4, por  $K$  ser maior que  $L$ , ao comparar as duas funções, de forma matemática, conclui-se que  $Y^B > Y^A$ , ou seja, a empresa B irá produzir mais do que a empresa A.\*/

**Questão 9**

Acerca da estrutura do balanço de pagamentos e da sua relação com os agregados monetários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O aumento da poupança externa resulta de uma política de estímulo às exportações e à substituição de importações.
- Ⓑ O aumento das reservas internacionais tem como contrapartida o aumento da base monetária.
- Ⓒ Se houver entrada de investimento externo direto na conta do balanço de pagamentos, haverá, necessariamente, acúmulo de reservas internacionais.
- Ⓓ A poupança externa é igual ao volume de empréstimos contratados no exterior.

**JUSTIFICATIVAS**

A - 5, 5.1, 5.1.1 Errado. A poupança externa é, por definição contábil e conceitual, igual ao déficit em transações correntes. Logo, se o país capta poupança externa, ele necessariamente tem

que importar mais bens e serviços do que exportar. Com efeito, é impossível o país apresentar poupança externa positiva e, ao mesmo tempo, superávit em transações correntes.\*/

B - 5, 5.1, 5.1.1 CERTO. No balancete do Banco Central, compõe o ativo as reservas internacionais e os títulos públicos. No passivo, por sua vez, tem-se a base monetária. Segue-se, portanto, que um aumento das reservas internacionais (ativo) gera como contrapartida o aumento da base monetária (passivo).\*/

C - 5, 5.1, 5.1.1 Errado. O investimento externo direto é um único componente do Balanço de Pagamentos, o qual é registrado na conta capital e financeira. Contudo, se o país observar elevado déficit em transações correntes, em montante superior ao ingresso do investimento externo direto, o resultado será a perda de reservas.\*/

D - 5, 5.1, 5.1.1 Errado. A poupança externa é, por definição contábil e conceitual, igual ao déficit em transações correntes. Logo, se o país capta poupança externa, ele necessariamente tem que importar mais bens e serviços do que exportar. Com efeito, é impossível o país apresentar poupança externa positiva e, ao mesmo tempo, superávit em transações correntes.\*/

**Questão 10**

Com referência à teoria microeconômica da produção e às respectivas estruturas de mercado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em concorrência monopolística, o equilíbrio de longo prazo é ineficiente no sentido de Pareto.
- Ⓑ No duopólio do tipo Bertrand, o preço das firmas é igual ao custo médio.
- Ⓒ O monopólio perfeitamente discriminador é ineficiente no sentido de Pareto.
- Ⓓ Na concorrência monopolística, o preço iguala a receita marginal.

**JUSTIFICATIVAS**

A - 2, 2.1 CERTO. Em concorrência monopolística, no longo-prazo, a produção é inferior ao valor obtido em concorrência perfeita. Ademais, como o lucro econômico é zero, pois há livre entrada e saída do mercado, e o preço excede o custo marginal, então o equilíbrio é ineficiente no sentido de Pareto (benefício marginal não é igual ao custo marginal) e as firmas operam com excesso de capacidade. A ineficiência é o “preço” pago pelos consumidores para a diferenciação dos produtos.\*/

B - 2, 2.1 Errado. No duopólio de Bertrand as firmas fixam o preço igual ao custo marginal. Se alguma firma fixar o preço acima do custo marginal, ela não realizará nenhuma venda. Da mesma forma, se reduzir o preço terá prejuízo, pois o preço estará abaixo do custo marginal. Assim, como nenhuma firma possui incentivo para alterar sua estratégia, o equilíbrio é o único equilíbrio de Nash.\*/

C - 2, 2.1 Errado. Uma situação é dita eficiente no sentido de Pareto se não é possível melhorar o bem-estar de um agente sem piorar o bem-estar de outro agente. Na situação de perfeita discriminação de preços, cada agente pagará o seu preço de reserva. Logo, a situação é eficiente no sentido de Pareto. Com efeito, a discriminação de preços aumenta o bem-estar social porque diminui o peso morto. Deve-se observar, contudo, que o monopólio em si não é eficiente, apenas se a discriminação perfeita de preços for possível.\*/

D - 2, 2.1 Errado. A regra de maximização de lucro é igualar o custo marginal com a receita marginal. Para a concorrência perfeita, o preço é igual a receita marginal. Contudo, na concorrência monopolística as firmas possuem poder de mercado e, portanto, o preço não é igual a receita marginal.\*/

**Questão 11**

Na Constituição Federal de 1988, constam as seguintes previsões normativas:

- “É vedada a cassação de direitos políticos” (...) (art. 15).
- “É vedada a utilização de partidos políticos de organização paramilitar” (art. 17, § 4.º).
- “Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei” (art. 5.º, VIII).

Essas normas são, respectivamente, de eficácia

- A limitada, contida e limitada.
- B plena, contida e limitada.
- C limitada, plena e contida.
- D plena, plena e contida.

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 12**

Com base na Constituição Federal de 1988, a prestação de serviços públicos incumbe ao poder público, na forma da lei, podendo ser realizada diretamente ou, sempre por meio de licitação, sob regime de

- A autorização e permissão.
- B permissão e concessão.
- C concessão e autorização.
- D autorização, concessão e permissão.

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 13**

Assinale a opção em que são apresentados princípios gerais da atividade econômica que, previstos no art. 170 da Constituição Federal de 1988, são corolários de direitos individuais fundamentais mencionados no art. 5.º do texto constitucional.

- A soberania nacional e propriedade privada
- B função social da propriedade e busca do pleno emprego
- C busca do pleno emprego e soberania nacional
- D propriedade privada e função social da propriedade

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 14**

A ação declaratória de constitucionalidade constitui modalidade de controle de constitucionalidade

- A preventivo, difuso e por via incidental.
- B repressivo, concentrado e por via principal.
- C preventivo, concentrado e por via principal.
- D repressivo, difuso e por via incidental.

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 15**

Em caso de omissão do poder público, a ação de descumprimento de preceito fundamental é

- A incabível se o objeto for omissão não normativa, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.
- B incabível se o objeto for omissão normativa parcial, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.

- C cabível se o objeto for omissão normativa, ainda que não se afigure lesiva a preceito fundamental.
- D cabível se o objeto for omissão não normativa, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 16**

Em ação de descumprimento de preceito federal ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal (STF), se houver proposta de acordo, este

- A poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole subjetiva, cabendo ao STF chancelar a tese jurídica defendida pelas partes no processo.
- B poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas.
- C não poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole subjetiva, não cabendo ao STF homologar acordo nesse tipo de processo.
- D não poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole objetiva, o que exigiria uma análise subjetiva do acordo pelo STF.

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 17**

Determinado órgão do Poder Executivo instituiu taxa para o fornecimento de cópias e reproduções de documentos e para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.

Nessa situação hipotética, a instituição de taxa é

- A inconstitucional no que se refere ao fornecimento de cópias.
- B inconstitucional no que diz respeito à reprodução de documentos.
- C inconstitucional no que se refere à emissão de atestado coletivo.
- D constitucional no que diz respeito a todos os fins mencionados.

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 18**

Juan, Pablo e Jorge nasceram no Brasil no mês de janeiro de 2023, sendo Juan filho de pais uruguaios, a serviço do Uruguai; Pablo, filho de pais argentinos, a serviço do Uruguai; e Jorge, filho de pais bolivianos, que se encontravam passeando em território brasileiro, em gozo de férias.

Nessas condições, nos termos da Constituição Federal de 1988, serão considerados brasileiros natos

- A Jorge e Pablo, somente.
- B Juan e Jorge, somente.
- C Pablo e Juan, somente.
- D Jorge, Juan e Pablo.

JUSTIFICATIVAS

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 19**

Dadas as condições de elegibilidade previstas na legislação brasileira, é correto afirmar que uma pessoa com 25 anos de idade, preenchendo as demais exigências legais e constitucionais, pode candidatar-se, por exemplo, ao cargo de

- Ⓐ senador e ao de prefeito.
- Ⓑ juiz de paz e ao de deputado estadual.
- Ⓒ vice-governador de estado e ao de vereador.
- Ⓓ governador de estado e ao de deputado distrital.

JUSTIFICATIVAS

### QUESTÃO ANULADA

**Questão 20**

Pedro foi condenado por improbidade administrativa e a naturalização de Ana como brasileira foi cancelada por sentença transitada em julgado.

Nessa situação hipotética, em relação aos direitos políticos de Pedro e Ana, haverá

- Ⓐ cassação e perda, respectivamente.
- Ⓑ suspensão e perda, respectivamente.
- Ⓒ suspensão para ambos.
- Ⓓ perda para ambos.

JUSTIFICATIVAS

### QUESTÃO ANULADA

**Questão 21**

Na formulação de alternativas, um dos cinco estágios do ciclo das políticas públicas, é necessário

- Ⓐ identificar os temas, os problemas e os recursos disponíveis para a atuação dos atores envolvidos.
- Ⓑ planejar as ações, realizar diagnóstico e estabelecer objetivos para a tomada de decisões.
- Ⓒ escolher o responsável para implementar os modelos de racionalidade absoluta e limitada, incremental e de fluxos múltiplos.
- Ⓓ transformar as intenções em ações concretas e verificar se os resultados alcançaram o público-alvo.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Errado. A identificação dos temas, problemas e recursos disponíveis para a atuação dos atores envolvidos deve ser apresentada no ciclo construção de agenda.\*/

B - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). CERTO. O ciclo das políticas públicas envolve cinco estágios, que são: construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação. Na fase de formulação de políticas públicas, são realizados os planejamentos das ações que foram previstas na construção da agenda. É essencial, nessa fase, a realização de diagnóstico, isto é, levantamento e análise acerca do problema, a fim de elaborar as alternativas que podem ser aplicadas. A construção de objetivos torna-se importante para avaliar alternativas e futuras fases de decisão e avaliação das políticas públicas, ou seja, a fase inicial é fundamental para basear as seguintes, em torno de um sucesso totalizador. Existem reuniões, consultas públicas e audiências, além de análise administrativa, jurídica e financeira para discutir e considerar a eficácia dessas políticas públicas.\*/

C - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Errado. A escolha do responsável para implementar modelos de racionalidade absoluta e limitada, incremental e de fluxos múltiplos deve ser realizada no ciclo tomada de decisão.\*/

D - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Errado. A fase de transformar as intenções em ações concretas e verificar se os resultados alcançaram o público-alvo correspondem ao ciclo de implementação e avaliação de políticas públicas.\*/

**Questão 22**

Assinale a opção que apresenta iniciativas que estão descritas no Decreto Federal n.º 10.160/2019 e que visam aprimorar ou elaborar mudanças administrativas.

- Ⓐ acesso às informações públicas e eficiência administrativa
- Ⓑ promoção da cultura administrativa e promoção da cultura financeira
- Ⓒ acesso aberto a todos os órgãos ministeriais, independentemente de justificativa, e combate à corrupção
- Ⓓ fim dos impedimentos de titulares de órgãos representados pelo governo aberto e fortalecimento da integridade pública

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). CERTO. Acesso às informações públicas e eficiência administrativa são iniciativas descritas nos incisos I e VI do art. 3.º do DF n.º 10.160/2019. O art. 3.º do Decreto Federal n.º 10.160/2019 dispõe que os planos de ação nacional sobre o Governo Aberto contemplarão iniciativas, ações, projetos, programas e políticas públicas destinados: I) ao aumento da transparência; II) ao aprimoramento da governança pública; III) ao acesso às informações públicas; IV) à prevenção e ao combate à corrupção; V) à melhoria da prestação de serviços públicos; VI) à eficiência administrativa; e VII) ao fortalecimento da integridade pública.\*/

B - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). Errado. O Decreto Federal n.º 10.160/2019 prevê em seu artigo 3.º as iniciativas que contemplarão os Planos Nacionais sobre Governo Aberto, como: aumento da transparência; aprimoramento da governança pública; acesso às informações públicas; prevenção e combate à corrupção; melhoria da prestação de serviços públicos; eficiência administrativa; fortalecimento da integridade pública. O caso em tela, uma promoção de cultura administrativa e financeira, inclui-se nos programas de conscientização política e social e não faz parte de políticas de Ação de Governo Aberto.\*/

C - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). Errado. A opção está errada porque prevê somente a iniciativa descrita no inciso IV (combate à corrupção) do art. 3.º do DF n.º 10.160/2019. No caso em tela, o acesso aberto a todos os órgãos ministeriais depende de regras estabelecidas em Lei de Segurança Nacional. O Decreto Federal n.º 10.160/2019 prevê em seu artigo 3.º as iniciativas que contemplarão os Planos Nacionais sobre Governo Aberto, como: aumento da transparência; aprimoramento da governança pública; acesso às informações públicas; prevenção e combate à corrupção; melhoria da prestação de serviços públicos; eficiência administrativa; fortalecimento da integridade pública.\*/

D - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). Errado. O Decreto Federal n.º 10.160/2019 prevê em seu artigo 3.º as iniciativas que

contemplarão os Planos Nacionais sobre Governo Aberto, como: aumento da transparência; aprimoramento da governança pública; acesso às informações públicas; prevenção e combate à corrupção; melhoria da prestação de serviços públicos; eficiência administrativa; fortalecimento da integridade pública. No caso em tela, fim de impedimentos reconhecidos em Lei e apresentados como regra eficiente da Administração Pública afrontam diretamente a transparência administrativa.\* /

### Questão 23

Na gestão pública, é necessário definir prioridades e executar as tarefas elaboradas por metodologias e ferramentas de planejamento disponíveis e que visem direcionar os esforços administrativos em prol de resultados efetivos para a população. Uma metodologia utilizada constantemente na gestão pública denomina-se PDCA.

Considerando essas informações, assinale a opção que descreve os ciclos que compõem a metodologia PDCA.

- Ⓐ planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas; comunicar, para garantir que os esforços planejados sejam aproveitados pelo plano de ação; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas definidas no planejamento
- Ⓑ pesquisar interesses e necessidades da sociedade brasileira; executar avaliações apresentadas na pesquisa; controlar os dados e ações definidas no planejamento; e agir com rigor para a efetividade do planejamento definido nos projetos de ação
- Ⓒ planejar as questões e segmentar suas características regionais; excluir as exceções que possam desestabilizar o projeto a ser implementado; confrontar ações previstas no planejamento; e ajustar tais ações por meio de avaliações constantes
- Ⓓ planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas no planejamento; controlar os resultados definidos nos planos de ação e monitorar o atingimento das metas estabelecidas no planejamento; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas anteriores definidas no planejamento

#### JUSTIFICATIVAS

A - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).Errado. A opção está errada porque indica como ciclo a comunicação, que é uma ação definida no ciclo executar.\* /

B - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).Errado. A opção está errada porque indica como ciclo o pesquisar e o controlar, que, na realidade, fazem parte dos ciclos planejar e agir.\* /

C - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).Errado. A opção está errada porque indica como ciclo excluir e controlar, que são ações definidas para os ciclos executar e agir.\* /

D - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).\_CERTO. A opção está correta porque prevê todos os ciclos do PDCA para a elaboração de projetos na gestão pública: planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas no planejamento; controlar os resultados definidos nos planos de ação e monitorar o atingimento das metas estabelecidas no planejamento; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas anteriores definidas no planejamento.\* /

### Questão 24

A capacidade política do Estado de governar e decidir tem origem na sua legitimidade democrática e política apresentada à sociedade — a credibilidade do exercício do poder, o que contribui para o desenvolvimento e o emprego dos princípios da boa governança, como

- Ⓐ democracia, eficiência, probidade e transparência.
- Ⓑ *accountability*, eficácia, legitimidade e responsabilidade.
- Ⓒ equidade, legitimidade, eficiência e probidade.
- Ⓓ eficácia, transparência, legitimidade e *accountability*.

#### JUSTIFICATIVAS

A - 5 Princípios de governabilidade e governança.Errado. A opção está errada porque considera a democracia um princípio da boa governança, quando é apresentado em Lei como forma de Governo.\* /

B - 5 Princípios de governabilidade e governança.Errado. A opção está errada porque considera a eficácia como um princípio da boa governança. A eficácia está vinculada aos mecanismos de resultados da implementação de políticas públicas (a política pública foi eficaz, eficiente e efetiva no planejamento da organização pública).\* /

C - 5 Princípios de governabilidade e governança.\_CERTO. A governabilidade refere-se à capacidade política do Estado de governar e decidir suas ações de acordo com sua legitimidade democrática e política. Para ter governabilidade é necessário ter uma boa governança pela qual o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos. Gerir a máquina pública não é tão simples, pois está presa nas funções básicas e deve seguir princípios determinados na Constituição Federal de 1988. São princípios da boa governança: legitimidade; equidade; responsabilidade; eficiência; probidade; transparência; *accountability*. Outra abordagem da boa governança se baseia nos seguintes princípios: relações éticas; conformidade (do que é prometido com o que é cumprido); transparência do setor público; efetiva prestação de contas (*accountability*). A opção está correta porque considera legitimidade, probidade, equidade e eficiência princípios da boa governança.\* /

D - 5 Princípios de governabilidade e governança.Errado. A eficácia está considerada como um princípio da boa governança. A eficácia está vinculada aos mecanismos de resultados da implementação de políticas públicas (a política pública foi eficaz, eficiente e efetiva no planejamento da organização pública).\* /

**Questão 25**

A gestão pública deve evitar a intermediação de interesses com uma boa governança de órgãos e entidades da administração pública. Para garantir a boa governança é necessário envolver algumas funções básicas que se encontram definidas em um referencial, compreendidas como mecanismos de legitimidade, equidade e transparência na atuação da gestão pública. São considerados referenciais básicos de governança organizacional, os mecanismos que visam

- I monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento dos planos.
- II avaliar o ambiente, os cenários o desempenho e os resultados.
- III direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos.
- IV desenvolver a democracia e o desenvolvimento mútuo da administração pública e da sociedade.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e IV.
- B** I, II e III.
- C** II, III e IV.
- D** I, III e IV.

**JUSTIFICATIVAS**

A - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).Errado. O item IV não indica uma função básica da governança apresentada no referencial.\*/

B - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).\_CERTO. Os itens I, II e III apresentam funções básicas da governança, que auxiliam na transparência e evitam a intermediação de interesses na gestão pública.\*/

C - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo). Errado. O item IV não indica uma função básica da governança apresentada no referencial.\*/

D - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo). Errado. O item IV não indica uma função básica da governança apresentada no referencial.\*/

**Questão 26**

No que se refere à implementação de políticas públicas, assinale a opção que apresenta mecanismos eficientes no combate à corrupção.

- A** fortalecimento do clientelismo; nepotismo; fortalecimento das práticas de controle interno e externo; melhorias no acesso às informações públicas
- B** fortalecimento do clientelismo; nepotismo; melhorias no acesso às informações públicas; fortalecimento do princípio da pessoalidade
- C** transparência dos atos promovidos pela administração pública; melhorias no acesso às informações públicas; fortalecimento do princípio da pessoalidade
- D** transparência dos atos promovidos pela administração pública; fortalecimento de práticas de controle interno e externo; melhorias no acesso às informações públicas

**JUSTIFICATIVAS**

A - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.Errado. A opção está errada porque prevê como mecanismos eficientes no combate à corrupção o fortalecimento do clientelismo e o nepotismo.\*/

B - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.Errado. A opção está errada porque prevê como mecanismos eficientes no combate à corrupção o fortalecimento do clientelismo, o nepotismo e o fortalecimento do princípio da pessoalidade.\*/

C - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.Errado. A opção está errada porque prevê como mecanismo eficiente no combate à corrupção o fortalecimento do princípio da pessoalidade.\*/

D - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.\_CERTO. A administração pública busca constantemente mudanças na sua gestão pública, no intuito de coibir os fatores que influenciam na incidência de corrupção e implementar melhorias na qualidade das políticas pública ofertadas à sociedade para o seu amplo desenvolvimento. São mecanismos eficientes no combate à corrupção: melhorias nas práticas de controle interno e externo, maior acesso às informações públicas, clareza e transparência na publicidade dos atos públicos, garantia da legalidade e impessoalidade dos atos públicos, controle nos atos, evitando o clientelismo e o nepotismo na administração. A corrupção é caracterizada como uma forma que viola a ética do serviço público, portanto as melhorias buscam o fortalecimento de mecanismos de controle da corrupção por meio de adoção de práticas que promovam a transparência, *accountability* e o controle social. A opção está correta porque prevê como melhoria a transparência dos atos promovidos pela administração pública; o fortalecimento de práticas de controle interno e externo; e as melhorias no acesso às informações públicas.\*/

**Questão 27**

A Constituição Federal de 1988 determinou mudanças na forma de interação do Estado com a sociedade brasileira, introduzindo as instituições participativas, com as incorporações de cidadãos e de associações da sociedade civil na deliberação de políticas públicas. Entre as instituições participativas que podem auxiliar na elaboração das políticas públicas incluem-se

- I os conselhos nacionais.
- II os conselhos municipais na definição do orçamento público.
- III as conferências nacionais.
- IV as audiências públicas.
- V as associações da sociedade civil.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, III e V estão certos.
- B** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

**JUSTIFICATIVAS**

**A - 7 Papel das instituições nas políticas públicas.** Errado. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.\*/

**B - 7 Papel das instituições nas políticas públicas.** Errado. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.\*/

**C - 7 Papel das instituições nas políticas públicas.** Errado. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.\*/

**D - 7 Papel das instituições nas políticas públicas.** CERTO. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.\*/

**Questão 28**

Os indicadores de políticas públicas são instrumentos que podem identificar e medir aspectos relacionados à gestão e ao desempenho da administração pública. Para avaliar a gestão do fluxo de implementação do programa pela sua aplicação nas diferentes realidades e ações é necessário apresentar os indicadores classificados como

- A** pesquisa, processo, impacto, programa e resultado.
- B** insumo, processo, produto, resultado e impacto.
- C** planejamento, processo, insumo, produto e resultado.
- D** planejamento, insumo, produto, resultado e impacto.

**JUSTIFICATIVAS**

**A - 8 Indicadores de políticas públicas.** Errado. A classificação apresentada na opção A está errada porque apresenta pesquisa e programa como indicadores de gestão de fluxo de implementação do programa.\*/

**B - 8 Indicadores de políticas públicas.** CERTO. Distinguem-se os indicadores de gestão de fluxo de implementação do programa pela sua aplicação para mensurar diferentes realidades, ações ou resultados, nas diferentes fases do ciclo de gestão do programa; e podem ser classificados como insumo: indicador de disponibilidade de recurso humano, material, financeiro e outros a serem utilizados pelas ações do governo; processo: indicador que mede o nível de utilização dos insumos alocados; produto: indicador que expressa a entrega do produto ou serviço ao público-alvo do programa; resultado: indicador que expressa os benefícios observados no público-alvo decorrente das ações empreendidas no contexto do programa; e o impacto: indicador que mede os efeitos das estratégias governamentais de médio e longo prazo. Portanto, a classificação apresentada na opção B demonstra corretamente a classificação dos indicadores de gestão de fluxo de implementação de programas.\*/

**C - 8 Indicadores de políticas públicas.** Errado. A classificação apresentada na opção C está errada porque apresenta o planejamento como um indicador de gestão de fluxo de implementação do programa.\*/

**D - 8 Indicadores de políticas públicas.** Errado. A classificação apresentada na opção D está errada porque apresenta o planejamento como um indicador de gestão de fluxo de implementação do programa em sua classificação.\*/

**Questão 29**

Vários indicadores podem ser utilizados para avaliar o desempenho das políticas públicas. Entre esses indicadores, é comum as avaliações apresentarem seus referentes de

- A** produto, eficácia, resultado e economicidade da política pública.
- B** processo, eficiência, eficácia e resultado da política pública.
- C** processo, produto, eficiência e efetividade da política pública.
- D** efetividade, eficácia, eficiência e economicidade da política pública.

**JUSTIFICATIVAS**

**A - 8 Indicadores de políticas públicas.** Errado. A opção está errada porque apresenta indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas (produto e resultado), o que difere dos indicadores de avaliação do desempenho das políticas públicas.\*/

**B - 8 Indicadores de políticas públicas.** Errado. A opção está errada porque apresenta indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas (processo e resultado), o que difere dos indicadores de avaliação do desempenho das políticas públicas.\*/

C - 8 Indicadores de políticas públicas. Errado. A opção está errada porque apresenta indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas (processo e produto), o que difere dos indicadores de avaliação do desempenho das políticas públicas.\*/

D - 8 Indicadores de políticas públicas. CERTO. Os indicadores nos permitem colher informações sobre uma realidade empírica que retrata os resultados de um programa ou projeto implementado em prol da sociedade. A avaliação de uma política pública utilizar a informação para mensurar os resultados, desempenho e impactos das ações propostas pelo gestor público. Os indicadores retratam fatos que se constituem em evidências da obtenção dos resultados e dos benefícios esperados dos programas e projetos. Os indicadores avaliativos são utilizados para agregar informações que permitam realizar análises e observações da relevância das ações, e mensurar os resultados alcançados na implementação do programa e projeto. O gestor público precisa implementar programas sociais que alcancem o cidadão e só é possível mensurar os efeitos pela análise dos indicadores de avaliação de desempenho das políticas públicas. Os instrumentos utilizados para a avaliação de desempenho são: Indicadores de Eficácia, Eficiência, Efetividade e Economicidade. A utilização de indicadores para a avaliação do desempenho das políticas públicas permite a manutenção ou a correção dos programas e projetos e a sua divulgação de forma clara permitem que o cidadão tenha pleno acesso as informações, a metodologia empregada e os resultados alcançados, tornando-se um instrumento democrático de controle sobre a ação dos governos e dos gestores públicos. A lista de critérios é longa e a escolha de um, ou vários deles, depende do que se deseja privilegiar na avaliação. O manual da Unicef, listam os mais comuns: eficiência, eficácia, impacto (efetividade), sustentabilidade, análise custo-efetividade, satisfação do usuário, equidade. A literatura de avaliação de políticas públicas costuma distingui-la em termos de sua eficácia, eficiência e efetividade, recurso analítico destinado a separar aspectos distintos dos objetivos, da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação (economicidade).\*/

### Questão 30

Considerando a gestão por resultados de serviços públicos, assinale a opção que apresenta um dos objetivos básicos exigidos para a implantação da gestão por resultados na produção de serviços públicos.

- A desenvolver o processo de *accountability* na administração pública
- B proibir a participação da sociedade na administração pública
- C restringir o acesso a informações relacionadas à identificação de áreas críticas do serviço público
- D limitar a autonomia aos executores das políticas públicas

#### JUSTIFICATIVAS

A - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. CERTO. A opção apresenta um dos objetivos básicos exigidos para a implantação da gestão por resultados na produção de serviços públicos. Outros objetivos são apresentados, como: fornecer subsídios aos administradores públicos, para que possam maximizar o processo de criação de valor, a fim de atingir um melhor resultado governamental; promover e desenvolver mecanismos internos que melhorem o desempenho dos dirigentes e serviços públicos, fomentando a efetividade dos organismos governamentais; garantir a otimização do uso dos recursos públicos na produção e distribuição de bens públicos; e

ajudar na alocação descentralizada de objetivos e responsabilidades bem como na avaliação do desempenho daqueles que exercem as funções gerenciais — com o correspondente uso de incentivos e sanções.\*/

B - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. Errado. Porque apresenta um dos requisitos para a implantação da gestão por resultados, diferente dos objetivos exigidos para a viabilidade da gestão por resultados na produção dos serviços públicos. Esse requisito básico é reconhecido na literatura como controle social. A participação da sociedade é fundamental na busca por resultados e transparência da gestão pública. Sem o envolvimento do cidadão a gestão por resultados tende a perder o foco e diminuir a criação de valor público.\*/

C - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. Errado. A informação constitui um dos requisitos básicos da gestão por resultados e é um dos mecanismos necessários e que favorecem a tomada de decisões e o desenvolvimento do conhecimento. É preciso conhecer e, de forma transparente, demonstrar ao cidadão e à sociedade quais as áreas críticas do serviço público. Aliás, o próprio cidadão conhece e reconhece essas áreas críticas e essa identificação, com o auxílio do controle social, garante a criação de estratégias e as tomadas de decisão. Qualquer boicote de informações tende a distorcer a sustentabilidade e o desenvolvimento da gestão por resultados.\*/

D - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. Errado. A gestão por resultados possui características básicas que integram o modelo. No caso em tela, a gestão por resultados confere grande autonomia processual aos agentes executores e é necessária para estabelecer e alcançar os resultados desejados. Conceder autonomia aos executores/implementadores de políticas públicas é uma característica integrante do modelo de gestão por resultados na produção de serviços públicos.\*/

### Questão 31

Relativamente às funções do orçamento público, é correto afirmar que a função

- A pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
- B deve evidenciar a natureza da atuação governamental.
- C reflete as estruturas organizacional e administrativa.
- D tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao orçamento fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas estatais.

#### JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.\*/

B - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A subfunção [tabela no item 10.2.2.] representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental.\*/

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A classificação institucional [tabela no item 10.2.1.], na União, reflete as estruturas organizacional e administrativa.\*/

D - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Na LOA, a esfera tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao Orçamento Fiscal (F), da Seguridade Social (S) ou de Investimento das Empresas Estatais (I).\*/

### Questão 32

Acerca dos princípios do orçamento público, é correto afirmar que, de acordo com o princípio da universalidade,

- A a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- B a lei orçamentária anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público.
- C o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro).
- D o registro das receitas e despesas na lei orçamentária anual deverá ser feito pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

#### JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público. O princípio da exclusividade, previsto no § 8º do art. 165 da CF, estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.\*/

B - CERTO. Segundo o no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público.\*/

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público. Conforme o Princípio da Anualidade ou Periodicidade, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA.\*/

D - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público. O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964, preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.\*/

### Questão 33

A vigência dos créditos adicionais suplementares no âmbito do orçamentário público brasileiro

- A limita-se ao exercício financeiro em que os créditos foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).
- B se esgota com o fim do exercício financeiro em que os créditos foram abertos, mas a reabertura dos seus saldos é permitida para o exercício seguinte.
- C não se limita ao exercício financeiro em que os créditos foram abertos e a reabertura dos seus saldos é admitida para o exercício seguinte.
- D não se esgota com o fim do exercício financeiro em que os créditos foram abertos e não é admitida a sua prorrogação (reabertura).

#### JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos

suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).\*/

B - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).\*/

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).\*/

D - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).\*/

### Questão 34

Relativamente à programação e execução orçamentária e financeira, a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros é denominada

- A cota.
- B duodécimo.
- C repasse.
- D sub-repasse.

#### JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.\*/

B - ERRADO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.\*/

C - ERRADO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.\*/

D - ERRADO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.\*/

### Questão 35

Com relação à classificação das receitas públicas por fonte/destinação, a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros

- A não pode ocorrer.
- B pode ocorrer se houver o aval do tribunal de contas a cuja jurisdição o ente federado esteja submetido.
- C pode ocorrer a qualquer tempo e sempre que houver necessidade.
- D pode ocorrer apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações.

#### JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos.\*/

B - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o

grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos\*/

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos\*/

D - CERTO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos.\*

### Questão 36

Considere que, no dia 31 de dezembro de determinado exercício financeiro, o prazo para cumprimento de uma obrigação assumida pelo credor esteja vigente (despesa a liquidar). Nesse caso, essa despesa deverá ser

- A cancelada.
- B inscrita como restos a pagar processados.
- C inscrita como restos a pagar não processados.
- D reconhecida como despesas de exercícios anteriores.

#### JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).\*/

B - ERRADO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).\*/

C - CERTO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).\*/

D - ERRADO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).\*/

### Questão 37

Ao longo do exercício financeiro, o registro contábil da despesa orçamentária deve ser realizado no momento de

- A sua fixação.
- B seu empenho.
- C sua liquidação.
- D seu pagamento.

#### JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que

nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.\*

B - CERTO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.\*

C - ERRADO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.\*

D - ERRADO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.\*

### Questão 38

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo

- A não será admitida.
- B será admitida em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- C será admitida quando houver quórum de maioria absoluta na composição da referida casa legislativa.
- D somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

#### JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.\*

B - ERRADO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.\*

C - ERRADO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.\*

D - CERTO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.\*

**Questão 39**

De acordo com o disposto na LRF acerca da disponibilização de informações contábeis, orçamentárias e fiscais para amplo acesso público, os entes federados brasileiros devem observar a periodicidade, o formato e o sistema estabelecidos

- A** pelos tribunais de contas a cuja jurisdição estiverem submetidos.
- B** pelo órgão central de contabilidade da União.
- C** pela Secretaria de Orçamento Federal.
- D** pela Controladoria-Geral da União.

**JUSTIFICATIVAS**

A - ERRADO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.\* /

B - CERTO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.\* /

C - ERRADO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.\* /

D - ERRADO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.\* /

**Questão 40**

Sobre a apuração do montante da dívida consolidada, a verificação do atendimento ao limite disposto na LRF será efetuada ao final de cada

- A** mês.
- B** bimestre.
- C** quadrimestre.
- D** semestre.

**JUSTIFICATIVAS**

A - ERRADO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.\* /

B - ERRADO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.\* /

C - CERTO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.\* /

D - ERRADO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre